

POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CRISE CLIMÁTICA E JUVENTUDES AMAZÔNIDAS NO ESTADO DO PARÁ

PUBLIC POLICIES AND THE ENVIRONMENT: AN ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN CLIMATE CRISIS AND AMAZONIAN YOUTH IN THE STATE OF PARÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS Y MEDIO AMBIENTE: UN ANÁLISIS DE LA RELACIÓN ENTRE CRISIS CLIMÁTICA Y JUVENTUD AMAZÓNICA EN EL ESTADO DE PARÁ

Pedro Israel Mota Pinto

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

E-mail: pedromota777@gmail.com

Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga

Cooperação da Juventude Amazônida para o Desenvolvimento Sustentável (COJOVEM)

E-mail: karlagiovannabraga@gmail.com

Raquel de Jesus Freitas

Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: raquelfcientistasocial@gmail.com

Ligia da Paz de Souza

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

E-mail: ligiapazz1997@gmail.com

RESUMO

A crise climática global tem causado diversos e desafiadores impactos na vida de jovens da Amazônia, especificamente da região do Pará. Como efeito, surgem profundas adversidades e injustiças geracionais, exigindo a implementação de políticas públicas mais eficazes para atender às necessidades dessa população jovem. Esta pesquisa teve como objetivo primeiramente mapear as políticas públicas existentes no Pará que se concentram nas demandas e realidades das juventudes. Em seguida, realizar entrevistas semiestruturadas e formulários com essas juventudes como processo de conhecimento a respeito de seu senso de pertencimento ao território amazônico e de participação política. Depois, também foi feito um trabalho de campo ativo com o intuito de saber quais eram suas principais insatisfações e reivindicações. Diante das evidências de que esses jovens amazônidas são diretamente afetados pela crise climática e sofrem com o racismo ambiental, destacou-se a grande necessidade de desenvolver metodologias que analisem e promovam qualidade de vida e segurança para essa população, por meio de políticas públicas verdadeiramente efetivas que devem levar em consideração particularidades violentas enfrentadas pelos jovens amazônidas, bem como suas especificidades de território, gênero, raça e etnia. Ressaltou-se ainda o quanto é fundamental investir em iniciativas da sociedade civil que formulam diretrizes para a construção de políticas voltadas às juventudes, a fim de orientar os líderes políticos com poderes deliberativos.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; políticas públicas; juventudes; crise climática; racismo ambiental.

ABSTRACT

The global climate crisis has caused diverse and challenging impacts on the lives of young people in the Amazon region, specifically in the state of Pará. As a result, profound adversities and generational injustices arise, requiring the implementation of more effective public policies to attend the needs of this young population. This research aimed firstly mapping existing public policies in Pará that focus on the demands and realities of youths. Then, carry out semi-structured interviews and forms with these youths as a process of learning about their sense of belonging to the Amazonian territory and political participation. Afterwards, active field work was also carried out to find out what their main dissatisfactions and claims were. Faced with the evidence that these young Amazonians are directly affected by the climate crisis and suffer from environmental racism, the great need to develop methodologies that analyze and

promote quality of life and safety for this population was highlighted, through truly effective public policies that must consider the violent particularities faced by young Amazonians, as well as their specificities of territory, gender, race, and ethnicity. It was also emphasized how fundamental it is to invest in civil society initiatives that formulate guidelines for the construction of policies aimed at youth, to guide political leaders with deliberative powers.

KEYWORDS: Amazon; public policy; youths; climate crisis; environmental racism.

KEYWORDS: Amazon; public policy; youths; climate crisis; environmental racism.

RESUMEN

La crisis climática global que causó diversos impactos y desafíos en la vida de los jóvenes de la Amazonía, específicamente en la región del Estado de Pará. Como resultado, emergen profundas adversidades e injusticias generacionales, exigiendo una implementación de políticas públicas más eficaces para atender las necesidades de esta población joven. Esta pesquisa teve como objetivo primeramente mapear como políticas públicas existentes no Pará que se concentran en las demandas y realidades de las juventudes. Em seguida, realizar entrevistas semiestructuradas y la aplicación de formularios en las juventudes seleccionadas como proceso de conocimiento a respecto de su censo de pertenencia a los territorios amazónicos e de participación política. Después, también se hizo un trabajo de campo activo con lo intuito de saber cuáles fueran sus principales insatisfacciones y reclamos. Ante las evidencias de que esos jóvenes amazônidas son directamente afectados por la crisis climática y sufren con o racismo ambiental, destaco-se la grande necesidad de desenvolver metodologías que analicen y promuevan la cualidad de vida y seguridad para esa población, por medio de políticas públicas verdaderamente efectivas que deben llevar em consideración particularidades violentas enfrentadas por los jóvenes amazônidas, así como sus especificidades de territorio, género, raza e etnia. Se resaltó todavía o cuanto é fundamental investir em iniciativas de la sociedad civil que formulan directrices para la construcción de políticas orientadas a la juventud, objetivando orientar los líderes políticos con poderes deliberativos.

PALABRAS CLAVE: Amazonía; políticas públicas; jóvenes; crisis climática; racismo ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Ao pensar na construção de políticas de atenção a crianças e jovens no Brasil, encontra-se uma divisão histórica entre antes e depois do Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, após intensa luta e reivindicação dos movimentos sociais, organizações, atores da sociedade civil e demais instâncias democráticas. Todavia, foi só em 2013 que o Estatuto da Juventude foi instituído, contemplando mais de 50 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos, mostrando-se um importante instrumento de políticas públicas e que implementa o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) (Brasil, 2013), organizando, de maneira participativa, o planejamento, implementação e avaliação das ações e programas que constituem as políticas públicas para essa parcela da população.

Para a pesquisa, convencionou-se metodologicamente utilizar o conceito de juventude tardia até os 35 anos, de acordo com (Souza; Paiva, 2012), visto que se considera jovens que tiveram sua juventude limitada e cerceada por problemáticas dos territórios abordados nesse trabalho. Dentre os múltiplos conceitos e parâmetros que buscam esclarecer o que são Políticas Públicas, optou-se por abordar neste artigo aqueles que foram desenvolvidos por Dye (1984), os quais sintetizam a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer" e por

Laswell (1958), que vê no tema uma forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer diálogo com diversos atores multissetoriais que compõem a sociedade.

De forma simplificada, entende-se que as políticas públicas objetivam a garantia de direitos quando reconhecem lutas e reivindicações, a percepção ampla do problema público, cidadania e representatividade política (Nunes, 2017). Para conseguir lidar de forma efetiva com o problema, a política pública também precisa ser multidisciplinar abrangendo o campo técnico-político, o orçamento e administração pública, leis, decretos e instruções normativas, fazer uso da tecnologia, estar atrelada ao planejamento e a gestão de um ou mais territórios, entre outras, e, sobretudo, como afirma Laswell (1958), enfrentar um problema público.

Contudo, segundo Lotta (2019), a efetividade das políticas públicas ainda se mostra um desafio para agentes federais, estaduais e municipais no Brasil, frente às dificuldades globais atuais, prejudicando juventudes em um cenário que apresenta crescentes adversidades para esta população, principalmente com o advento da COVID-19 e o agravamento do cenário climático no país, no mundo e, sobretudo, nas Amazônias. Dentro dos públicos mais vulneráveis na perspectiva econômica e social, encontram-se as juventudes, as quais têm passado por um aumento de desigualdade de 3,8% entre os jovens, contra 2,7% do conjunto de toda a sociedade, assim como são a população que mais perdeu renda quando comparados a outros segmentos sociais (ATLAS das juventudes, 2020).

Tal cenário exemplifica a situação de injustiça ambiental, a qual se encontram as juventudes nas Amazônias, expõe as maiores cargas dos danos ambientais, do desenvolvimento aos grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e demais comunidades vulneráveis (Herculano, 2008). O que implicou diretamente na construção desse estudo, através do financiamento desta pesquisa desenvolvida pela Cooperação da Juventude Amazônica para o desenvolvimento sustentável (COJOVEM), efetivada pela agência de impacto social Purpose.

A organização não governamental COJOVEM, é uma mobilização da sociedade civil em defesa do meio ambiente e dos direitos fundamentais nas Amazônias, e tem por objetivo fortalecer e engajar juventudes na Amazônia através da colaboração multissetorial para mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover a recuperação resiliente e sustentável dos territórios amazônicos na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A instituição foi

cofundada por jovens amazônidas com o título de Embaixadores da Juventude pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) e atua desde 2020, tendo sido formalizada como Organização da sociedade civil em novembro de 2021.

Sendo assim, torna-se necessária a compreensão do binômio juventude e clima, buscando entender como podem ser amparadas tais vulnerabilidades deste público, objetivando mitigar os impactos da crise climática por meio de políticas públicas que façam sentido para os corpos e territórios que na Amazônia resistem. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo geral se fazer compreender a relação da crise climática com a realidade de jovens no Estado do Pará, e como objetivos específicos: analisar de que forma as problemáticas da crise climática afetam a vivência de jovens no Estado do Pará; investigar quais, e de que forma, as políticas públicas de contenção à crise climática incidem em jovens desse Estado.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para entender o cenário das políticas públicas no Estado do Pará, atrelado a população de juventudes da região, fora necessário um fluxo de procedimentos que contou com a análise de dados quantitativos, bem como a compreensão de dados qualitativos, a partir da leitura de documentos de políticas públicas, produção de formulário e entrevistas abertas, além da imersão em campo com as juventudes líderes de movimentos pela Amazônia paraense. Seguindo assim o percurso metodológico para alcançar os objetivos da pesquisa:

- a) Levantamento de políticas públicas do Estado do Pará: tem como objetivo o entendimento do estado da arte das políticas para juventudes no Estado do Pará entre os anos de 2000 a 2022. Sendo uma pesquisa qualitativa, utilizando essencialmente dados secundários com o cruzamento de dados primários obtidos em entrevistas individuais e coletivas, com uma série de coletivos que trabalham com a referida temática no Estado;
- b) Aprofundamento teórico e metodológico acerca dos temas abordados: Se fez pertinente uma revisão da literatura de conceitos bases como racismo ambiental, justiça climática, juventudes, Amazônia e políticas públicas;
- c) Aplicação de entrevistas e formulário: foram mapeados 90 atores, dentre os quais 47, 77% representam coletivos, ONGs e demais entes da sociedade civil organizada; 23,33% representam o poder público; 14,44% são de coletivos não formalizados e 11,11% representavam o setor da educação popular. Definir apenas um setor para a educação

popular justifica-se devido a importância que o setor educacional tem para a construção da percepção das juventudes amazônidas como corpos amazônidas e sua formação política, social, cultural e econômica. Também foram mapeadas as áreas do ativismo buscando abranger pautas do Estado do Pará de forma equitativa, dentre elas Advocacia ambiental, populações atingidas por barragens, agricultura e pecuária, audiovisual, extrativistas, direitos dos povos indígenas, quilombolas, direitos humanos, demais movimentos sociais, meio ambiente, esporte, cultura, lazer, urbanismo e direito à cidade, educação e outros. A partir do mapeamento de atores-chave, foram priorizadas pessoas para participarem de um processo de escuta sobre senso de pertencimento ao território amazônico, participação cidadã e seus mecanismos, desafios, oportunidades, assim como entendimento das pautas ambientais. Essa priorização considerou os seguintes aspectos: Liderança de coletivos, organizações e demais instituições que possuem participação no segmento de juventudes no Pará; atuação com foco no meio ambiente; atuação com foco na garantia de direitos das juventudes; pluralidade entre as realidades e intersecções; organizações que compõem instâncias de representatividade de juventudes e meio ambiente (ex: FPMAC¹, COJUEPA², Frente Parlamentar das Juventudes do Pará, etc); Após triagem dos atores mapeados, foram selecionadas 18 instâncias entre movimentos sociais, ONGs, lideranças e organizações da sociedade civil e duas secretarias do Estado do Pará;

- d) Imersão com as lideranças das juventudes:** elaborou-se um questionário com 37 perguntas, o qual contou com a participação de 388 juventudes paraenses. Do questionário, diversos dados foram retirados para subsidiar propostas, entender prioridades elencadas pelas juventudes do Pará no que tange planos de governos, entender dificuldades e quais os melhores caminhos para a construção de projetos, programas e políticas públicas que possam mitigar os impactos da COVID-19 e da crise climática nas juventudes do Estado, assim como subsidiar os tópicos desta pesquisa para a construção de uma análise efetivamente participativa e que faça sentido para as necessidades das juventudes que no Pará nasceram. E uma imersão presencial com as lideranças de juventudes para dialogar e elaborar uma agenda com diretrizes e princípios para a construção de políticas públicas, projetos e programas para jovens do Estado do Pará, intitulada Imersão Rebujo.

¹ Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática.

² Conselho de Juventude do Estado do Pará.

Para sintetizar nosso procedimento metodológico e materializar nosso fluxograma de etapas, a seguir apresentamos como chamamos nosso método de Rebujo da Maré, sendo então protagonizado pelas e para as juventudes do Pará:

Fluxograma 01: Procedimentos metodológicos da pesquisa.

REBUJO DA MARÉ



Fonte: elaborado pelos autores.

Sendo assim, o texto se encontra dividido em quatro partes, além da introdução, procedimentos metodológicos e considerações final: I) exposição das múltiplas realidades dos jovens na Amazônia paraense; II) a relação dessa juventude com as mudanças climáticas; e III) a materialidade das intervenções civis na construção de políticas públicas para juventudes; IV) proposta de um debate urgente de deliberação política para jovens e meio ambiente no Pará, produzida a partir das juventudes amazônidas desse mesmo Estado.

3. VIVÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA: A REALIDADE DE JUVENTUDES EM SEUS TERRITÓRIOS NA AMAZÔNIA PARAENSE

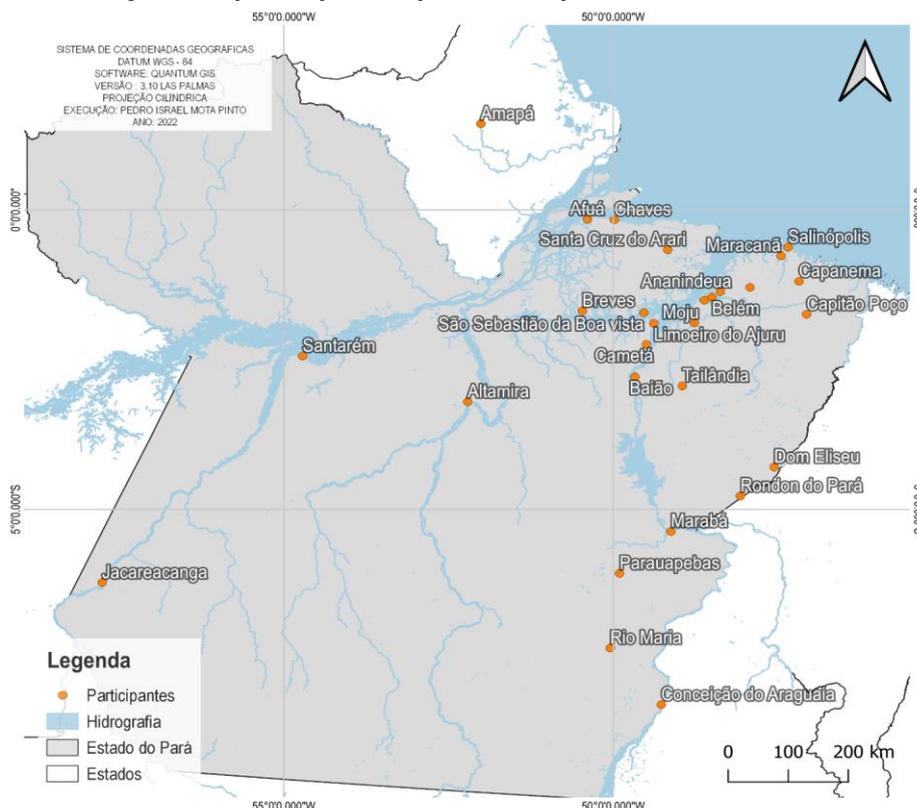
A identidade territorial é um tipo de identificação social (Souza, 2007). Portanto, considerar o território para as juventudes paraenses é essencial para que se compreenda as múltiplas

dimensões do tecido social de suas vivências. Os municípios do Pará alcançados por esta pesquisa estão expostos na Figura 1, os respondentes evidenciam vivências, desafios, perspectivas, narrativas políticas e urgências. Considera-se aqui a seguinte noção:

os atores comprometidos com a luta contra a injustiça ambiental articulam, em seu cotidiano, as ideias de ambiente (o contexto sócio natural em que vivem), território (a projeção espacial das relações de poder) e lugar (o tecido das identidades socioespaciais) (Souza, 2020, p. 19).

Leva-se em conta este entendimento para compreender questões da identidade, pertencimento e ação política das juventudes paraenses. Para isso, faz importante materializá-las no território paraense como aponta a Figura 1.

Figura 1: Distribuição dos participantes por município de residência no estado do Pará.



Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Em relação à pesquisa elaborada, é importante reconhecer as dinâmicas, diversidades e diferenças das juventudes amazônicas, que abarcam povos indígenas, negros, quilombolas, ribeirinhos e urbanos. Nesse sentido, pensar o imaginário amazônico é discorrer sobre as diversas narrativas entronizadas acerca do que é esta região. De acordo com a obra de Porto-Gonçalves (2001), essas narrativas vão desde o vazio demográfico até a zona de fornecimento de matéria-

prima, isto é, floresta e produtos naturais, uma visão exógena de sua realidade.

Tal visão coloca a região em local de exploração dos recursos naturais, descarta suas complexas sociabilidades e assim, por consequência, extermina e precariza a vida da sua população. O desafio perante esta concepção homogênea do que seja o território Amazônida é também ir além da ideia predominante de dicotomia entre sociedade e natureza, é considerar que a justiça social é também justiça ambiental, levando em conta (Acselrad, Herculano, Pádua, 2004) “os princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo”.

Se faz pertinente considerar o corpo-território (Gago, 2020), ou seja, que o corpo não se dissocia do território e integra as vulnerabilidades e sociabilidades ali construídas, por tanto os empreendimentos privados e públicos que chegam até os territórios não estão chegando num território que seria o grande vazio demográfico, uma terra sem dono e leis (Leroy, 2011). Afirma-se que não há vazio pois, em contraponto, esta visão põe em risco as vidas e territórios das juventudes indígenas, quilombolas, ribeirinhas, urbanas, ONGs, coletivos, movimentos e o conjunto acadêmico em construção de suas vivências e sobrevivências.

Perante esta realidade, a pesquisa aciona seus interlocutores quanto suas percepções sobre a identidade Amazônida, onde são apontadas elaborações da existência, da dificuldade de se afirmar enquanto amazônida, tendo como ponto de partida os estereótipos nacionais atribuídos a esta região e suas populações:

Sim, temos algumas populações que não assumem a sua origem, principalmente as tradicionais e juventudes, eles entendem o que é a luta. As pessoas carregam que a percepção de ser amazônida é ser sujo, ser marginal, à margem da lei e dos acessos, então as pessoas precisam se autoafirmar de outra forma. Porém, alguns lugares afirmam bastante justamente por precisar dos direitos para esses espaços.” (Movimento Atitude Afro Pará, 2022)

“Ao tratarmos sobre esse quesito de reconhecimento de juventudes amazônidas, essa questão não chega aos interiores, como é aqui em Bujaru. Dificilmente você consegue ver juventudes que consigam se reconhecer como tais e consigam ter isso como uma pauta a ser discutida, infelizmente essa precarização de conhecimentos e informações, nos atinge de formas muito grandes. (Conselho Municipal de Juventude, 2022).

A visão negativa do ser amazônida instalado no imaginário social da região, e da nação em geral, está carregada de um processo histórico, onde supõe-se que o ser amazônida encontra-se em isolamento de espaço e tempo, uma imagem estática de uma natureza intocada e homogênea. O processo de construção histórica também é fundamentalmente marcado pelo local da exploração, servidão e colonização.

Desde pequeno a gente tem essa dificuldade, tanto na questão política porque a política aborda questão de pertencimento, e se o jovem brasileiro já não tem tantos espaços, imagina o jovem nortista, amazônida. Já vi questões na minha própria família desde pequeno, faço parte de uma família que vem de origens europeias e assumem essa identidade sem assumir o pertencimento do local que está.” (Coletivo Jovem Pará, 2022) Observo que parte da juventude vive com um receio muito grande porque querendo ou não, a população amazônida como um todo sofre um preconceito muito grande, então às vezes algumas juventudes sentem vergonha e medo de se identificar como tais. Ainda vivemos em um país muito preconceituoso e que mata muitos ativistas, principalmente ativistas amazônidas. Mas ainda não tive essa experiência pessoalmente, só ouvi relatos de quem não gosta muito desse termo de "amazônida", como se fosse uma vergonha. Os olhos do mundo inteiro são voltados para a Amazônia, mas não respeitam o povo que vive aqui, e por isso acredito que essa falta de respeito esteja muito atrelada a uma situação de preconceito que muitos jovens têm receio de passar. (Fetagri, 2022)

O pertencimento ao território e identidade passa por um processo de construção em sua afirmação positiva. Em contraponto a isto, a identidade amazônida está em um local de disputa com identidades que por séculos foram introduzidas pela colonialidade ao espaço. Formas de vivências, culturas e construções familiares advindas dos colonizadores foram impostas como corretas, portanto, ainda hoje são exaltadas, estigmatizando aquilo que de fato é do território, sua cosmovisão em contraponto à uma racionalidade distinta.

Acredito que seja mais uma construção social, onde nem somos ensinados a nos conectar e entender nossa origem amazônida. Conheci uma menina de em média 12 anos e que não sabia que morava na Amazônia até falarem pra ela, e ela nem acreditou de primeira. (Jovens pelo futuro Xingu, 2022)

[...] A Juventude não se identifica porque não é ensinada. (Engajamundo / Ashoka, 2022)

Nesta lógica de apagamento da identidade, a juventude está destinada a um não-lugar de existência plena, encontra-se uma lacuna de ação poderosa em favor da construção de uma afirmação amazônida, cuja as políticas públicas engajadas possam estimular processos de autoafirmação e produção de conhecimento da juventude amazônida.

Desde que a gente nasce sendo amazônidas vivemos em um recorte de muito preconceito, vinculado até a dificuldade de acesso ao conhecimento. Por isso, é tão importante levar esse conhecimento pra juventude. Acaba que a realidade de pessoas periféricas é diferente, ainda mais falando sobre a participação feminina, foi inclusive por isso que surgiu a rede Jandyras, mulheres da região amazônica que tem diversas profissões e vivências e precisam estar inseridas nesses espaços de tomada de decisão, esse inclusive é o objetivo da rede. Inclusão de mulheres. O corre é tão intenso que nem sempre temos tempo de sentar e conversar sobre o que é ser ativista, tendo isso em mente, dificilmente existe quem consiga levar isso na seriedade que deve, não por não querer, mas porque o contexto em que estamos inserido não nos dá espaço para ter tempo para isso.” (Rede Jandyras, 2022)

Não se entender enquanto amazônida, como expõe Porto-Gonçalves (2001), é ratificar uma ordem sistêmica da desumanização da região amazônica, para o processo de “desenvolvimento” da

sociedade, que visualiza a região como um vazio demográfico, pronta para suprir os objetivos do capital. Dessa maneira, muitas ideologias são constituídas, e a principal delas é o genocídio epistemológico acarretado pelo genocídio de povos e culturas originárias que promovem o mantimento do que é ser amazônida, em suas práticas com a terra, com o seu lugar e com seus territórios.

Esta realidade implica nas possibilidades de ação política, o não-lugar de pertencimento influencia em uma imobilização política da juventude e suas especificidades de gênero, raça, etnia e classe diante do cenário de constante exploração do seu território, precarização da vida e, assim, a ausência de políticas públicas de seus municípios emana com veemência sentimentos negativos, Figura 02.

Figura 2: Nuvens de palavras de sentimentos ruins em relação à política do município.



Fonte: elaboração dos autores, 2022.

O sentimento de tristeza, exposto nas respostas dos entrevistados, Figura 2, tendo foco em relação às políticas públicas, demonstram um cenário de desamparo sentido pelas juventudes, estas que hoje politicamente são localizadas no campo da agitação de pautas, mobilizações votantes assíduos, porém, encontram-se em desamparo de representação referente a espaços de elaboração e decisão. A ampliação da presença do jovem na esfera pública encontra desafios nas duas pontas do processo. Se por um lado é necessário modificar a estrutura das instituições para que elas se

tornem mais abertas para ouvir as demandas dos jovens, por outro é igualmente fundamental fazer a juventude se interessar por política e criar uma cultura de participação (Bahia, 2015).

3.1 Os efeitos das crises na realidade das juventudes

À medida que os desafios climáticos aumentam, aumentam-se não só as desigualdades entre as juventudes, mas as suas vulnerabilidades em função de suas respectivas interseccionalidades de raça, gênero, classe e distribuição territorial. Esta realidade de vulnerabilidade e mudança climática é descrita nas mudanças cotidianas observadas pelos interlocutores.

Por estarmos vivendo em um local com alta incidência de mudanças climáticas, estamos sempre sendo afetados. Por exemplo, as juventudes periféricas sentem a questão absurdamente no saneamento básico que constantemente tem sido deixado de lado, além das mudanças que nos adoecem e nos impossibilitam. Questões de chuvas intensas têm sido frequentes por aqui, poluição, alagamento. (ONG Olivia, 2022)

Os efeitos das múltiplas crises enfrentadas pelas juventudes, articulam-se como uma teia de problemáticas que se somam umas às outras. O aumento das chuvas na região provoca alagamentos, aumento de doenças respiratórias que, atrelando-se a ausência de saneamento básico e garantia de saúde, revela um cenário de desamparo.

As chuvas violentas que diversas vezes já destruiu casas e outras coisas, assim como as secas também, nem sabemos mais o que é verão e inverno amazônico. Percebemos que tá mais quente também, a proliferação de vírus por aqui é muito grande mesmo, e para a minha família ribeirinha, estão precisando migrar porque viviam de peixe e pesca e isso mudou também.” (Rede Jandyras, 2022)

A descrição de alteração do ambiente e de fenômenos naturais são observadas no aumento e na ausência. A não compreensão de estações do ano prejudica modos de produção e qualidade de vida, o que gera a problemática de migração compulsória dos seus territórios. Perante as inúmeras crises vivenciadas, o modo de vida das juventudes está no campo da sobrevivência, da busca constante pelo direito ao futuro que se encontra ameaçado pelas mudanças climáticas e seus efeitos.

4. JUVENTUDES E CRISE CLIMÁTICA: DESAFIOS QUE PERPASSAM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA PARAENSE

Dentre os recentes desafios para as juventudes está o agravamento do cenário climático no Brasil, no mundo e, sobretudo, na Amazônia. Conforme apontado por Gatti et. al (2021) até 2018,

cerca de 37% do nordeste da Amazônia estava desmatado e teve uma perda de 34% de chuva no período das queimadas, agosto, setembro e outubro, gerando um aumento de temperatura de quase dois graus nos últimos 40 anos. No Sudeste, segunda região mais desmatada, foi registrado 28% de perda florestal e 24% a menos de chuva, com uma elevação da temperatura em 2,5 graus. A estação seca nessas regiões tem ficado mais seca, mais quente e mais longa.

As alterações climáticas colocam em risco não apenas os ecossistemas como também as comunidades locais e setores econômicos. As populações não são afetadas democraticamente pelos eventos climáticos, bem como não vivem seus impactos de maneira semelhante, como discorre Peiter, Maluf e Rosa (2011), pois possuem diferentes capacidades e habilidades de adaptação e mitigação de seus efeitos.

Essa mudança climática afeta desproporcionalmente quem a causa e quem sofre com consequências dela em territórios, o que para Herculano e Pacheco (2006), se materializa no Racismo Ambiental, conceituado e tendo por apanhado histórico:

“Racismo ambiental” é um tema que surgiu no campo de debates e de estudos sobre justiça ambiental, um clamor inicial do movimento negro estadunidense e que se tornou um programa de ação do governo federal dos Estados Unidos, por meio da EPA Environmental Protection Agency, sua agência federal de proteção ambiental. O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. Como escreveu Tania Pacheco no blog sobre racismo ambiental, ele não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. “Injustiça ambiental” é definida, complementarmente, como “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (Declaração da Rede Brasileira de Justiça Ambiental).

As autoras ainda salientam que os grupos de comunidades que mantêm suas culturas de relação com a terra, produção familiar e realidade distante da urbanização, se defrontam com a “chegada do estranho” (de Souza Martins, 1993), dos grandes empreendimentos desenvolvimentistas, corriqueiros na Amazônia dos Grandes Projetos. Esse cenário não considera a territorialidade dessas comunidades, expulsando-os e desorganizando suas formas de produção e cultivo de tradições, o que os força a viverem em envenenamento e degradação ambiental nos seus próprios ambientes de vida (Herculano, 2006) e, como todo processo de “desenvolvimento social”, tem como consequência aumentar o quantitativo populacional e físico de favelas e periferias urbanas.

Dessa forma, à medida em que os desafios climáticos se intensificam, aumentam-se não só as desigualdades populacionais, mas as suas vulnerabilidades em função de suas respectivas interseccionalidades e distribuição territorial. Uma pesquisa realizada em 2017 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em colaboração com a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ e a UNESCO, expôs, através do IVJ - Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, o Pará como o estado do Norte com o pior IVJ, além de apresentar números mais altos no indicador de pobreza.

Sendo assim, entende-se as juventudes do Estado do Pará como uma das juventudes mais vulneráveis devido ao cenário de acentuação das desigualdades frente à ausência de políticas públicas, projetos e programas voltados para mitigar os impactos da crise climática nessas populações.

4.1 Objetivos do desenvolvimento sustentável prioritários para juventudes paraenses

O Brasil é signatário do Acordo de Paris e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Agenda 2030, ONU Brasil). Sua comunidade científica tem contribuído fortemente com avanços científicos capazes de pautar as esferas das políticas públicas e estratégias de desenvolvimento socioeconômico, bem como orientar os tomadores de decisão quanto ao desenvolvimento sustentável do país (Artaxo, 2020).

O Brasil precisa enfrentar os desafios impostos pela alteração climática e ambiental, que passam pelo estabelecimento de métricas e referências, de forma a contribuir na formulação de estratégias regionais e nacionais de detecção/atribuição, mitigação e adaptação aos seus efeitos. O atendimento dos ODS e das metas do Acordo de Paris é um passo importante no caminho da sustentabilidade, mas não suficiente (Artaxo, 2020).

A Agenda 2030³ determina, através, de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas a serem alcançadas até 2030, perpassando por sustentabilidade e, conseqüentemente, com erradicação da pobreza e da fome, saúde e bem-estar, educação, igualdade de gênero, acesso à água potável e saneamento, energia limpa, trabalho decente, crescimento econômico sustentável, redução das desigualdades sociais, sustentabilidade da vida, inovações em infraestrutura, consumo responsável, cidades saudáveis, responsabilidade climática, redução das desigualdades, instituições eficazes e paz social.

³ Organização das Nações Unidas. Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução A/RES/70/1 [internet]. Nova Iorque: UN; 2015. [acesso em 2022 nov 6]. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

Desde o lançamento da Agenda 2030, os ODS têm sido continuamente incorporados a planos de governo, projetos, programas e pesquisas que visam fomentar lógicas sustentáveis e ambiciosas. Nessa perspectiva, a necessidade de incorporar tais elementos como proposta norteadora em prol das metas em território nacional tem se mostrado de suma importância para um desenvolvimento brasileiro que envolva os brasileiros na construção de seus próprios territórios de maneira resiliente e sustentável.

Os ODS expostos nesta pesquisa foram decididos por juventudes amazônidas participantes da Imersão Rebujo⁴. Seis ODS foram destacados como prioritários na construção de políticas públicas para juventudes amazônidas do Pará, sendo pensados a partir de suas principais metas e adequações à realidade da Amazônia. Para a escolha dos ODS, foi considerado como central de discussão o “ODS-13: ação contra a mudança global do clima”, que prevê a adoção de medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

Para o “ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável”, foram levantadas a existência de problemáticas acerca da ausência total ou parcial de práticas sustentáveis nas culturas alimentícias no Estado do Pará e da inclusão das juventudes na produção agrícola e na aprendizagem de formas sustentáveis.

As juventudes, nesta discussão, apontaram a necessidade de formar os pequenos produtores indígenas, quilombolas, produtores familiares e demais produtores sócio-excluídos no desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAFs), garantir o acesso à informação de qualidade através de assistência técnica e confiança aos agricultores sobre sua produção e a relação de impactos gerados pela crise climática, assim como garantir mecanismos de crédito seguro e justo para a produção que devem ser geridos, preferencialmente, por mulheres.

O segundo ODS destacado foi “ODS 3 - Saúde e Bem-Estar”, onde se pontuou as ausências de enfoque a redução de mortes e doenças por produtos químicos, contaminação e poluição, descentralização da saúde com logísticas voltadas para os territórios amazônidas, ausência de espaços de saúde básica nos territórios, programas de saúde voltados às juventudes e a não fiscalização dos órgãos públicos em regiões afastadas em relação aos grandes centros.

⁴ Entre os dias 2 e 4 de novembro, a COJOVEM realizou uma imersão presencial com jovens lideranças de todo o Estado do Pará, para traçarmos juntos as principais diretrizes e princípios para a elaboração e implementação de políticas públicas que sejam realmente efetivas para promover o Desenvolvimento Sustentável na nossa região, tendo como base os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os resultados das fases de levantamento e pesquisa do Rebujo.

Para isso, as juventudes envolvidas na pesquisa sugeriram fortalecer recursos destinados a área da saúde, promover planejamentos regionais pensados a partir das realidades locais, elaborar programas para a saúde da juventude com inclusão da saúde mental, fomentar projetos de educação em saúde nas comunidades indígenas e quilombolas, promover a cooperação internacional visando a interação de profissionais da saúde com foco de atuação em comunidades.

O terceiro destaque foi para o “ODS 4 - Educação de qualidade”, onde se mencionou as problemáticas pela precarização do ensino, ausência de contextualização e envolvimento das comunidades tradicionais, falta de uma formação continuada e capacitação para professores, falta de valorização de saberes ancestrais e tradicionais e ausência da produção de materiais didáticos elaborados a partir da realidade do aluno.

Assim, apontou-se como meta a participação de lideranças das comunidades em elaborações de materiais didáticos, construir escolas dentro dos territórios, reformas curriculares visando contextualizações, incentivo a construção de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) baseados na realidade local, garantia em políticas públicas para que profissionais da educação possam atuar em seu território e formação continuada do professor.

O quarto ODS foi o sexto da Agenda 2030, sendo “ODS 6 - Água potável e saneamento”, explorando as problemáticas a serem enfrentadas no que diz respeito a água e saneamento, como as transmissões de doenças via consumo de água inadequada, responsabilização das grandes indústrias quanto ao uso eficiente da água, falta de acesso e distribuição de água, construções irregulares em rios e igarapés, uso crescente de agrotóxicos e contaminação dos lençóis freáticos.

Para isso, entendeu-se que é necessário recuperar e criar espaços de lazer que envolvem recursos hídricos, rios urbanos, garantir acesso a água potável em instituições de ensino principalmente da primeira infância, envolver a juventude na gestão e fiscalização da qualidade de água, capacitar jovens para análise de qualidade de água, educação acerca de saneamento básico e incentivo às pesquisas sobre esse tema.

No quinto ponto, “ODS 10 - Redução das desigualdades”, as juventudes citaram a ausência de minorias de direito em espaços de decisão, falta de incentivo a diversidade nos espaços de elaboração de políticas públicas, o não acesso a processos seletivos, editais e oportunidades, exclusão digital e a baixa capacitação de mão de obra.

Assim, evidenciou-se como caminhos a consideração de aspectos da equidade na elaboração de políticas públicas, garantir o direito à juventude, ampliar a inclusão digital e acesso a informações

seguras e elaborações de programas de acesso com especificidades de território, gênero, raça, etnia e sexualidade.

Por fim, o “ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis”. No que diz respeito ao direito à cidade com justiça ambiental, pontua-se como problemáticas o enfraquecimento de órgãos de fiscalização e de demarcação de territórios, a ausência de proteção e defesa civil, a falta de reconhecimento do desenvolvimento de espaços inclusivos, ou que rompem com o padrão, e a inexistência de um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Assim, até 2030, vê-se a importância de fortalecer órgãos de fiscalização de proteção dos territórios, reativar espaços e prédios em situação de abandono com utilização para fins que atendam pessoas em vulnerabilidade, garantindo a mobilidade de forma sustentável como valorização e aumento de ciclovias e vias hidroviárias.

4.2 Fala, Juventudes!

A pesquisa intitulada “Fala, Juventudes do Pará” somou 388 juventudes paraenses e 90 atores sociais, dentre os quais 47, 77% representam coletivos, ONGs e demais entes da sociedade civil organizada; 23,33% representam o poder público; 14,44% são de coletivos não formalizados⁵ e 11,11% representam o setor da educação popular. Para traçar um perfil dos participantes, este tópico no relatório descreve as características como gênero, raça e etnia, faixa etária, local de moradia, religião, grau de escolaridade e ocupação.

Sendo inserida no Estado do Pará, a pesquisa abarcou 29 municípios territorializados em 48,5% em áreas urbanas centrais, em detrimento de 8,8% em área rural. Em consonância com Dayrell (1999), a juventude é ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Isto é, suas espacialidades representam onde estão, e porque são. Por isso, suas respostas estão ligadas ao processo de formação identitárias de acordo com as realidades desenvolvidas pelas dinâmicas espaciais do urbano ou do rural.

Cerca de 69% das juventudes respondentes da pesquisa Fala, Juventudes do Pará declararam que já sentiram vontade de atuar em ações de participação cidadã. A partir da metodologia desenvolvida pela COJOVEM na elaboração da pesquisa Fala, Juventudes do Pará 2022, pode-se compreender como as juventudes estão sentindo e se preocupando com as políticas públicas

⁵ Entendemos que existem diversas formas de exercer a participação cidadã na sociedade, assim como diversos caminhos. Nesse sentido, separamos coletivos não formalizados em uma só seção para entender melhor os desafios que abrangem essa realidade e possíveis estratégias para os coletivos que ainda não são formalizados.

desenvolvidas, ou não, no Estado do Pará, partindo do princípio do que entendem por necessidades sociais vivenciadas pela própria juventude nesses territórios abordados e intensificadas pelos efeitos da crise climática na região.

De acordo com a Figura 3, votar nas eleições municipais, estaduais e federais surgem como Muito Incentivado para que jovens possam estar contribuindo com a escolha de agentes políticos em tomadas de decisão e de gestão da vida política. Entretanto, Participar de Audiências Públicas e Participar de Reuniões do Orçamento Participativo, aparecem como Pouco Incentivado.

Esse dado coloca em questão o verdadeiro papel das juventudes para o poder público, gerido por agentes políticos que demandam força para a utilização do voto desses jovens, mas que pouco se interessam pela participação desse público em espaços de decisão. Isso se estende a todos os indicadores de participação e atuação de jovens no âmbito político municipal. O pouco incentivo é refletido na própria participação desses jovens em possíveis políticas públicas municipais e estaduais.

Figura 3: Relação de incentivo entre Política e Juventudes

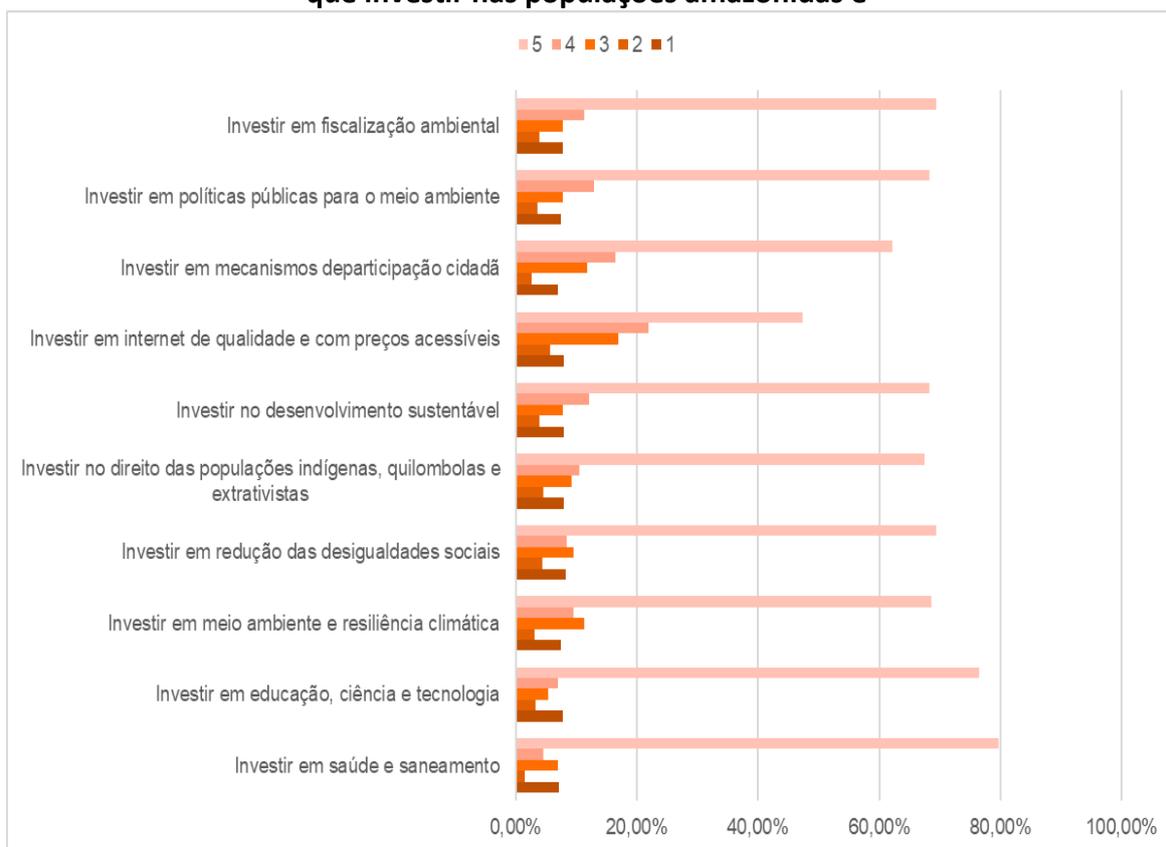


Fonte: Trabalho de campo. 2022.

Os jovens, pelas suas características, estão exigindo muito mais participação e a democracia representativa como acontece no Brasil já não satisfaz seus anseios. Isto se dá pelas características de relacionamento quase totalmente virtual. A internet passa a funcionar como ferramenta de mobilização e engajamento político sobrepondo aos partidos e aos sindicatos (Borge; Vaz, 2013).

Na Figura 4, expõe-se quais as ações prioritárias, segundo as juventudes da pesquisa, quanto ao investimento das populações amazônidas, dentro das esferas do meio ambiente, das desigualdades sociais, da educação, saúde e saneamento básico, direitos das populações indígenas, quilombolas e extrativistas, entre outros. Para que se compreenda quais são as urgências sociais, segundo essas comunidades:

Figura 4: “De 1 a 5, considerando 1 menos importante e 5 o mais importante, você considera que investir nas populações amazônidas é”



Fonte: Trabalho de campo. 2022.

Percebe-se, na Figura 4, que em cada investimento em ação ambiental ou climática, mais de 60% das juventudes paraenses da pesquisa a classificaram com o maior grau de importância. Sobretudo nesse aspecto, as políticas formuladas para a juventude levam em conta o contexto em que os jovens estão inseridos e quais são as suas demandas. O levantamento dos problemas que afetam os jovens, meios de mitigação desses problemas bem como o conhecimento da realidade em que vivem, podem constituir instrumentos eficazes na elaboração e execução das ações políticas.

Também com esses apontamentos, entende-se que as juventudes paraenses demandam uma agenda política que entenda a importância do meio ambiente e do enfrentamento à crise climática para a longevidade econômica e social do Estado, enxergando na esfera ambiental uma oportunidade para inovar e cocriar soluções que, finalmente, façam sentido para as populações do ecossistema amazônico. Como enfatiza Artaxo (2019), “é essencial que haja uma integração em todos os níveis, desde o indivíduo, aos municípios, estados, países e globalmente”.

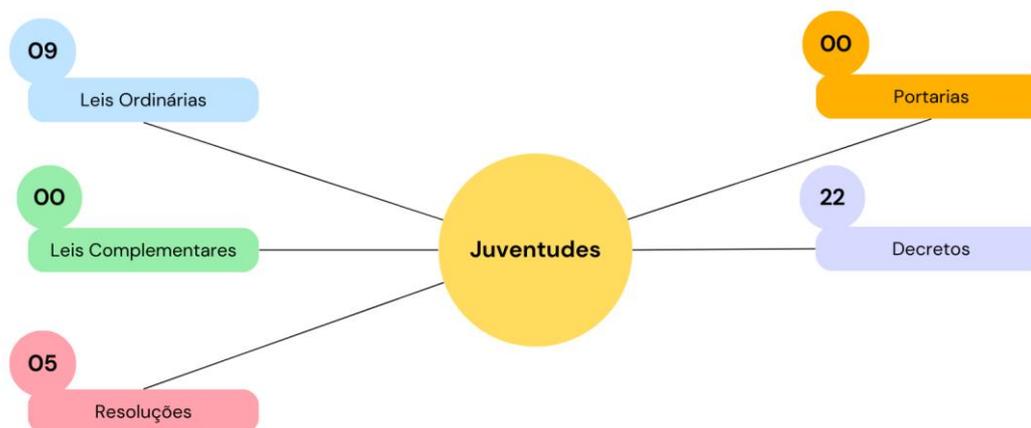
5. “FALA, JUVENTUDES” E POLÍTICAS PÚBLICAS: INTERVENÇÃO CIVIL NA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA CRISE CLIMÁTICA

O diagnóstico da situação atual de políticas públicas para juventudes foi realizado através de um mapeamento que teve como objetivo o entendimento do Estado quanto à sua disposição em atender às juventudes do Pará, relacionando essa atenção juntamente das variáveis sociais e espaciais de meio ambiente, gênero e raça. A metodologia utilizada para o mapeamento se baseou na quantificação de políticas públicas encontradas nas plataformas digitais disponíveis para a análise, perpassando pela análise de cada política encontrada, levando em consideração seu foco principal e seu diálogo com os descritores buscados pela pesquisa.

O início do processo se deu a partir do encontro de Políticas Públicas efetivadas pelo Estado do Pará, mediante a formulação e aprovação de leis na legislação do Estado do Pará. Tendo então as seguintes buscas: Lei Ordinária, Complementares, Resoluções e Portarias, conceituadas pelo Portal da Legislação do Governo Federal. Sendo designadas pelos descritores JUVENTUDE, e seguintes subdescritores: MEIO AMBIENTE, GÊNERO E RAÇA. Visto que, bem como aponta Quijano (2000), a América território se faz ainda com um domínio europeu, entendendo a população mundial a partir do imaginário de raça e do controle do trabalho, o que se materializa nas políticas públicas.

Nesse ponto, foram selecionadas as políticas que podem interferir direta ou indiretamente no processo de desenvolvimento da juventude no Estado, mediante as leis que corroboram o fortalecimento e direcionamento de ações estatais para esse público-alvo dentro dos parâmetros ambientais, de gênero e de raça, expostas na Figura 5.

Figura 5: Políticas Públicas para Juventudes do Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Leis Ordinárias, as principais áreas encontradas que relacionavam as juventudes foram Meio Ambiente e Gênero. Entretanto, observou-se a falta de ações reais e efetivas, que levassem em consideração as particularidades de jovens amazônidas. Essa configuração se reflete nas demais Políticas Públicas encontradas. Ao buscar por Resoluções, foram encontrados 06 documentos. Apenas 05 compatíveis com a busca, sendo eles de reconhecimento ou ratificação da importância da pauta JUVENTUDE nos projetos de políticas públicas.

Para além dos dados encontrados, é válido ressaltar a grande quantidade de decretos devido a enchentes em territórios paraenses que não são centrais na formulação de leis e que carecem de infraestrutura pública de prevenção e enfrentamento de desastres ambientais para os públicos mais vulneráveis na perspectiva socioeconômica, como as juventudes.

Ainda na perspectiva que correlaciona juventudes e meio ambiente, não foram encontradas formas de atenção especial que amparem as juventudes de forma sensível a raça e gênero frente às crescentes vulnerabilidades climáticas, as quais comprometem os territórios e suas vivências, acarretando em uma lacuna nas políticas públicas direcionadas às juventudes, no que tange às propostas de mitigação e enfrentamento dos problemas climáticos no Pará, sinalizando um não enfrentamento combativo e factual ao racismo ambiental nos territórios.

Dessa maneira, se faz pertinente questionar de que forma estão materializadas as Políticas Públicas para as juventudes do Estado do Pará, visto que, por mais que existam, ainda perpassam pelas faltas de contextualização, assistência, supervisão e efetivação dessas mesmas políticas em territórios para além da capital do Estado. Fazendo assim jus às necessidades encontradas no decorrer da Pesquisa e imersão com lideranças de juventudes paraenses.

5.1. Atuação de juventudes pelas políticas públicas para juventudes

No contexto de atuação das juventudes em prol da incidência política por meio da alteração e efetivação de políticas públicas, faz-se importante expressar onde estão as juventudes que participam nos movimentos políticos que tanto afetam suas vidas no dia a dia, dentro de suas realidades. Para este tópico, se elenca os movimentos coordenados pelas juventudes, orientados e organizados pela COJOVEM, o Conselho Estadual das Juventudes e a Frente Parlamentar da Juventude no Estado do Pará. Salienta-se que mesmo com a atuação maciça das juventudes, não houve continuidade do incentivo da permanência desses jovens na atuação política desses espaços.

Para a COJOVEM, o exercício da democracia é urgente e diariamente necessário. Atuando na pasta das Juventudes no Pará, realizou-se um mapeamento dos espaços cívicos representativos a nível de Estado em 2019, sendo um deles a Gerência de Promoção dos Direitos das Juventudes, que está atrelada ao Governo do Estado através da Secretaria de Direitos Humanos e Justiça - SEJUDH. Após uma série de cooperações voltada para o fortalecimento das juventudes no Pará com apoio da gerência de juventudes da SEJUDH, observou-se a necessidade de recuperar de forma estrutural as políticas públicas para as juventudes paraenses. O Conselho Estadual das Juventudes, um importante espaço cívico para a incidência da população, no que tange às políticas de juventudes, até então, está desativado.

Além disso, a pesquisa se deu entre os jovens com a titulação do questionário de “Fala, Juventudes”, com o fito de instigar jovens a expressarem suas aflições acerca das Políticas Públicas do Estado do Pará. Nesse cenário, além do questionário, se fez necessário o encontro de lideranças das juventudes para construir uma agenda que norteasse a formulação de Políticas Públicas, momento intitulado “Imersão Rebujo”, Figura 6. Nesse processo, observamos que aquilo que Quijano (2005) aponta como colonialidade do saber, é percebido nas vivências de juventudes que são atravessados pelo sistema padronizado de controle, hierarquização e também em classifica a população mundial através da racialidade, inferiorizando as marcadas pelos indicadores de periferias: negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas...

Figura 6: Imersão Rebujo



Fonte: Trabalho de campo.

Os produtos da pesquisa e da imersão tem como orientador o questionamento chave “o que as juventudes querem?” que dará base para futuras construções políticas a fim de exigir do Estado uma atuação mais próxima da realidade desses jovens.

6. CONSIDERAÇÕES

Sendo assim, a pesquisa expôs que jovens amazônidas do Pará não são e não se sentem contemplados pelo ciclo de formulação de políticas públicas, nas quais seus anseios e urgências são ausentes, o que conseqüentemente os afasta dos espaços de elaboração, deliberação e da percepção da juventude como sujeitos, sendo eles acionados apenas para mobilização em épocas de eleição, provocando uma ausência desses mesmos jovens em espaços políticos deliberativos. Ademais, infere-se que a presença precária do Estado através de políticas públicas, no que tange a crise climática que escancara o racismo ambiental, reflete na perda de moradia, dos modos de produção tradicionais, perda de culturas ligadas diretamente com fenômenos naturais e o constante sentimento de sobrevivência, e não vivência, de jovens em seus territórios, na falta de segurança, educação e saúde básica, a qual reforça o lugar das juventudes como objeto, onde suas realidades e identidades são pautadas por outros.

As juventudes participantes da pesquisa também selecionaram seis ODS considerando suas territorialidades dentro das demandas desenhadas pela ONU, bem como suas relações com as ações de combate às mudanças climáticas determinada pelo ODS - 13, pontuando a importância de se ter

uma construção e efetivação de ações de políticas públicas para a Amazônia. Além disso, no decorrer deste estudo, aponta-se a necessidade de intervenção de uma política estadual que pense metodologicamente como abarcar as particularidades das juventudes da Amazônia, levando em consideração aspectos fundamentais dos territórios diversos do Pará, que são afetados por violências ambientais, tendo como consequência a perda das juventudes, desde as concepções do que é ser jovem, até a vida desses mesmos jovens em risco pelos desastres da crise climática.

Para não concluir, a pesquisa expressa como é fundamental que iniciativas civis de jovens para jovens sejam incentivadas pelo poder público, visto os produtos que podem ser construídos a partir de imersões para a coleta de informações sobre o que querem as juventudes do Pará para suas respectivas realidades, objetivando o alcance, de fato, da promoção de qualidade de vida através da segurança, saúde e educação, baseadas em evidências que são bases para a manutenção da existência desses jovens. Como uma agenda norteadora de políticas públicas para líderes políticos com poderes deliberativos e secretarias de governo voltadas às juventudes.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, Fundação Ford, 2004.

ARTAXO, P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 53-66, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103_4014.2020.34100.005. Acesso em: 02 set. 2021.

ARTAXO, P. Working together for Amazonia. **Editorial Science Magazine**, v. 363, Issue 6425, doi: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aaw6986>, 2019.

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Quem são as juventudes do Brasil?**. 2020. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/jovens-populacao-e-percepcoes/quem-sao-as-juventudes-do-brasil/> Acesso: 10 out. 2022.

BAHIA, A. M. F. **Participação do jovem é desafio para aprofundar democracia**. Observatório da Sociedade Civil. 2015. Disponível em: <https://observatoriosc.org.br/participacao-do-jovem-e-desafio-para-aprofundar-democracia/>. Acesso: 03 out. 2022.

BRASIL. Lei 12.852, de 05 de Agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e Dispõe Sobre os Direitos dos Jovens, os Princípios e Diretrizes das Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional De Juventude - Sinajuve**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de agosto de 2013.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

DAYRELL, J. **A juventude no Brasil**. SESI, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.

DE SOUZA MARTINS, J. **A chegada do estranho**. Editora Hucitec, 1993.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

GAGO, V. **A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo**. Editora Elefante, 2020.

GATTI, L. V. et al. Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. **Nature**, v. 595, n. 7867, p. 388–393, 15 jul. 2021.

GATTI, L.V.; BASSO, L.S.; MILLER, J.B. et al. Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. **Nature**, v. 595, p. 388–393, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>. Acesso em: 02 set. 2021.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. Racismo ambiental, o que é isso. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: **FASE**, 2006.

LASSWELL, Harold D. Politics: Who Gets What, When, How. **Papamo Press**, 2018. 137 páginas. ISBN 178912557X.

LEROUX, Jean-Pierre. **Justiça Ambiental**. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre_-_Justi%C3%A7a_Ambiental.pdf. Acesso em: 21 set. 2021

LOTTA, G. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Organizadora Gabriela Lotta. Brasília: Enap, 2019.

NUNES, A. R. S. Políticas públicas. In: **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. Coord. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire. Tomo: Direitos Difusos e Coletivos. Coord. de tomo: Nelson Nery Jr., Georges Abboud, André Luiz Freire. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/376/edicao-1/politicas-publicas>.

PEITER, G.; MALUF, R. S.; ROSA, T. da S. (Coord.). **Mudanças climáticas, vulnerabilidade e adaptação**: parte 1 - Mobilização e iniciativas de adaptação; parte 2 - Populações vulneráveis e agenda pública no Brasil. Rio de Janeiro: COEP, 2011. 288 p. (Coleção COEP. Cidadania em rede 5).

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazôniaas**. São Paulo: Contexto, 2001.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-System Research**, v. 2, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SOUSA, C.; PAIVA, L. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, dez. 2012.

SOUZA, C; PAIVA, L. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estud. psicol.** Natal, v. 17, ed. 3. Dez 2012. TERRA BRASILIS. Taxas de desmatamento: Amazônia legal. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso: 10 out. 2022.

SOUZA, M. L. de. **Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas.** AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, v. 2, n. 1, p. 16, 2020. DOI: 10.48075/amb.v2i1.25277. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/25277>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SOUSA, M. L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

Artigo submetido em: 27/02/2023

Artigo aceito em: 11/03/2024

Artigo publicado em: 30/06/2024